



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
1ª CÂMARA

Processo TC 06290/15

Origem: Prefeitura Municipal de Jericó

Natureza: Inspeção Especial de Transparência da Gestão

Responsável: Claudeeide de Oliveira Melo – Prefeito

Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

**INSPEÇÃO ESPECIAL DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO.** Avaliação das práticas de transparência da gestão e da Lei de Acesso à Informação. Sexta rodada. Evolução. Cumprimento da maioria das exigências legais. Assinação de prazo para restabelecimento da legalidade.

**RESOLUÇÃO RC1 – TC 0175/2016**

**RELATÓRIO**

A matéria tratada nos presentes autos versa sobre a análise do cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no âmbito da Prefeitura Municipal de Jericó, sob responsabilidade do Prefeito Claudeeide de Oliveira Melo.

À luz do relatório inicial, em sua fl. 23 quando da avaliação realizada em novembro de 2015, a Prefeitura de Jericó cumpriu a maior parte dos itens da legislação. Todavia, pela análise dos parâmetros estabelecidos, a aferição do índice de transparência resultou em baixa pontuação (nota 3,68). A autoridade responsável foi citada para o restabelecimento da legalidade. Na nova ponderação, realizada em junho de 2016, foi confirmada a evolução na nota obtida (5,70). No quadro a seguir, pode-se constatar, nos meses em que houve rodadas de medição, o cumprimento dos procedimentos definidos na norma de transparência. Também aqui, percebe-se involução no cenário, com a duplicação dos itens com não conformidade.

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	Novembro/2015	Junho/2016
		“SIM”, “NÃO” OU “PARCIAL”	“SIM”, “NÃO” OU “PARCIAL”
O Município regulamentou a Lei de Acesso à Informação?	Art. 42, Lei 12.527/11.	NÃO	SIM
Houve a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	Inciso I, art. 9º, Lei 12.527/11.	NÃO	SIM
Há alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	§2º, art. 10, Lei 12.527/11.	SIM	SIM
O ente possui site e/ou Portal da Transparência em funcionamento?	Inciso II, art. 48, LC 101/00; §2º, art. 8º, Lei 12.527/11.	SIM	SIM
RECEITA: Previsão?	Alínea ‘a’, inciso II, art. 7º, Decreto 7.185/10.	NÃO	SIM



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**1ª CÂMARA**

*Processo TC 06290/15*

RECEITA: Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	Alínea 'c', inciso II, art. 7º, Decreto 7.185/10; inciso II, art.48-A, LC 101/00.	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: O valor do empenho?	Alínea 'a', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: O pagamento?	Alínea 'a', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto?	Alínea 'c', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>PARCIAL</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento?	Alínea 'd', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: Na informação da despesa existe a indicação do processo licitatório?	Alínea 'e', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	Alínea 'f', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
DESPESA: O conteúdo disponibilizado atende ao requisito "tempo real"?	Inciso II, art. 48, LC 101/00.	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
<b>Municípios acima de 10 mil habitantes</b>			
No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	Inciso I, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
Disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	Inciso I, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
Existe informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados?	Inciso IV, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
Apresenta respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?	Inciso VI, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
O site tem ferramenta de pesquisa?	Inciso II, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações?	Inciso II, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
O site possui um fale conosco que permite ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio?	Inciso III, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>

No relatório de análise de defesa (fls. 36/43), a Auditoria asseverou a permanência de falhas apenas no quesito relativo à disponibilização de informações em tempo real e na divulgação dos salários de servidores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
1ª CÂMARA

*Processo TC 06290/15*

Chamado a opinar, o Ministério Público de Contas elaborou o Parecer nº 01154/16, de autoria da Procuradora Isabella Barbosa Marinho Falcão, pugnando pela assinatura de prazo, mediante baixa de resolução, franqueando ao gestor a oportunidade de adoção das medidas necessárias para solucionar as apontadas pelo Órgão de Instrução, sob pena de aplicação de multa e valoração negativa de suas contas.

O processo foi agendado para a presente sessão, com a intimação da autoridade responsável.

**VOTO DO RELATOR**

É imperioso frisar a necessidade de todo e qualquer gestor público prestar contas de seus atos, submetendo-se ao controle exercido pelo Tribunal de Contas. Tal obrigação decorre do fato de alguém se investir na administração de bens de terceiros. No caso do poder público, todo o seu patrimônio, em qualquer de suas transmudações (dinheiros, bens, valores, etc.), pertence à sociedade, que almeja testemunhar sempre uma conduta escorreita de seus competentes gestores.

Por sua vez, o controle deve agir com estreita obediência aos ditames legais que regem a sua atuação, os quais se acham definidos na Constituição Federal, na legislação complementar e ordinária e em normas regimentais, de âmbitos federal, estadual ou municipal. O princípio constitucional da legalidade impõe ao controle e aos seus jurisdicionados que se sujeitem às normas jurídicas. Nesse diapasão, o augusto Supremo Tribunal Federal, em decisão digna de nota, assim já se manifestou:

*“Todos os atos estatais que repugnem à constituição expõem-se à censura jurídica - dos Tribunais especialmente - porque são írritos, nulos, desvestidos de qualquer validade. A constituição não pode submeter-se à vontade dos poderes constituídos e nem ao império dos fatos e das circunstâncias. A supremacia de que ela se reveste - enquanto for respeitada - constituirá a garantia mais efetiva de que os direitos e liberdades não serão jamais ofendidos”. (RT 700:221, 1994. ADI 293-7/600, Rel. Min. Celso Mello).*

No ponto, o relatório de avaliação, elaborado em abril de 2015, identificou ilegalidades nas práticas da Prefeitura no cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). A partir dos dados consolidados no quadro anterior, a autoridade responsável promoveu ações visando ao cumprimento da legislação. Sobre os pontos analisados, assinalam os relatórios da Auditoria:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
1ª CÂMARA

*Processo TC 06290/15*

*A transparência da gestão pública é um dos pilares da Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal (LC 101/2000). A sua prática constitui obrigação endereçada a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores do erário ou pelos quais o ente estatal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária, nos moldes da Constituição Federal de 1988, art. 71, parágrafo único. Para a concretude de tais preceitos, foi editada a LC 131/2009, que alterou a LC 101/2000, passando a ser, desde maio de 2013, obrigatória a divulgação, em páginas eletrônicas oficiais, de informações nela discriminadas:*

*Art. 48. ...*

*Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:*

*II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;*

*Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:*

*I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;*

*II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.*

*Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 sublinhou o direito universal à informação custodiada pelos entes públicos, ao estabelecer em seu art. 5º, inciso XXXIII, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Modernamente, a norma a que se refere esse dispositivo constitucional é a Lei Nacional 12.527/11, em cujos dispositivos pode ser identificado, resumidamente, o procedimento a ser adotado:*

*Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na CF do art. 5º, XXXIII, do art. 37, §3º, II e no art. 216, §2º.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
1ª CÂMARA

*Processo TC 06290/15*

*Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*

*§ 2º. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.*

*Estando a lei em plena vigência, deve a Pública Administração disponibilizar sítios oficiais na internet que possibilitem a qualquer cidadão encaminhar pedidos de acesso à informação.*

A atuação do TCE/PB apenas reforça o cumprimento da lei a que todo e qualquer cidadão está obrigado, muito mais em se tratando de gestores do erário, uma vez ser a atenção aos preceitos constitucionais e legais requisito de atuação regular dos agentes públicos.

No caso em tela, as avaliações efetuadas ao longo do exercício de 2015 demonstram o evolução dos aspectos de transparência sujeitos à aferição. Dos treze itens previstos na legislação de transparência e de acesso à informação selecionados para verificação, apenas um não foi atendido. Na rodada anterior, houve cinco não conformidades. O cenário foi revertido na última série e averiguação (junho/2016), que resultou num escore de 5,70, com apenas um item não cumprido.

Diante do exposto, VOTO no sentido de que a 1ª Câmara deste Tribunal decida: **A) ASSINAR PRAZO** de 60 (sessenta) dias ao Prefeito de Jericó, senhor CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO, para que providencie a regularização do ponto pendente de cumprimento, em relação ao disposto na LC 131/2009 e na Lei 12.527/2011; e **B) ENCAMINHAR** cópia dessa decisão à Auditoria para anexar à prestação de contas de 2016 advinda da respectiva Prefeitura.

**DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TCE/PB**

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC N° 6015/15**, referentes à Inspeção Especial de Transparência da Gestão para análise do cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no âmbito da Prefeitura Municipal de Jericó, sob responsabilidade do Prefeito CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO, **RESOLVEM** os membros da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (1ª CAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em: **A) ASSINAR PRAZO** de 60 (sessenta) dias ao Prefeito de Jericó, senhor CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO, para que providencie a regularização do ponto pendente de cumprimento, em relação ao disposto na LC 131/2009 e na Lei 12.527/2011; e **B) ENCAMINHAR** cópia dessa decisão à Auditoria para anexar à prestação de contas de 2016 advinda da respectiva Prefeitura.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
1ª CÂMARA

*Processo TC 06290/15*

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara.  
Plenário Ministro João Agripino.  
João Pessoa, 06 outubro de 2016.

Assinado 14 de Outubro de 2016 às 10:04



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 14 de Outubro de 2016 às 10:08



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
CONSELHEIRO

Assinado 18 de Outubro de 2016 às 09:11



**Cons. Marcos Antonio da Costa**  
CONSELHEIRO

Assinado 14 de Outubro de 2016 às 10:48



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO